



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE RORAIMA**  
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

---

**RESOLUÇÃO CPJ Nº 013, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025**

*Incluir o § 6º no artigo 3º, da Resolução CPJ nº 005, de 06 de junho de 2022, que Regulamenta a licença compensatória prevista no inciso XII do art. 74 e art. 84-B, da Lei Complementar Estadual nº 003/94 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Roraima), na hipótese de acumulação de acervo processual ou procedimental.*

**O EGRÉGIO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Roraima;

Considerando que a Resolução CPJ nº 005, de 06 de junho de 2022, regulamenta a licença compensatória prevista no inciso XII do art. 74 e art. 84-B da Lei Complementar Estadual nº 003/94, estabelecendo critérios e requisitos para sua concessão;

Considerando a necessidade de aperfeiçoamento dos critérios normativos que disciplinam a licença compensatória por acúmulo de acervo processual ou procedimental, a fim de conferir maior objetividade, eficiência administrativa e coerência com o efetivo exercício da função no órgão de execução;

Considerando que a ausência de prazo mínimo de permanência pode gerar distorções na aferição do acúmulo de acervo e na responsabilização funcional, tornando recomendável a fixação de critério temporal mínimo que garanta vínculo adequado entre o membro e o órgão em que constatado o acúmulo;

Considerando que a adoção do prazo mínimo de 6 (seis) meses se harmoniza com a dinâmica administrativa do Ministério Público, representa período razoável de exercício continuado e assegura efetiva correspondência entre a carga de trabalho acumulada e o direito à compensação;

**R E S O L V E:**

Art. 1º O art. 3º da Resolução CPJ nº 005, de 06 de junho de 2022, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“§ 6º A licença compensatória por acúmulo de acervo processual ou procedimental somente será concedida ao membro que houver permanecido por, no mínimo, 6 (seis) meses ininterruptos no mesmo



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE RORAIMA**  
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

---

órgão de execução em que verificado o acúmulo, computando-se apenas o período de efetivo exercício das funções.”

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**FÁBIO BASTOS STICA**

Procurador-Geral de Justiça  
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

**ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES**

Corregedora-Geral

**CLEONICE ANDRIGO VIEIRA**

Procuradora de Justiça

**ROSELIS DE SOUSA**

Procuradora de Justiça

**ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD**

Procurador de Justiça

**REJANE GOMES DE AZEVEDO MOURA**

Procuradora de Justiça

**STELLA MARIS KAWANO D'AVILA**

Procuradora de Justiça

**JANAÍNA CARNEIRO COSTA**

Procuradora de Justiça

**CARLOS PAIXÃO DE OLIVEIRA**

Procurador de Justiça